igualitária a todos e assim efetivar os direitos garantidos na Constituição e nos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

COLL, C. (org.); PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação - Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Ed. Artmed, 2005.

COSTA, V. A. da. A Formação na Perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade: As experiências dos trabalhadores deficientes visuais do serviço Federal de Processamento de Dados. Tese de Doutorado, Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

MACEDO, L. Ensaios Pedagógicos - Como Construir uma Escola para Todos. Ed. Artmed, 2005

MAZOTTA, M. J. S. Inclusão e Integração ou Chaves da Vida Humana. Palestra proferida durante o III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milênio. Foz do Iguaçu, 1998

MUNIZ, Regina Maria Fonseca. O Direito à Educação. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. A Educação como 15 Unidade 1 Educação como Direito Fundamental 1 Direito Fundamental. Disponível em http://www.ampid.org.br/Artigos/ Artigo_Paulo_Ramos_2.php). Acesso em 29 de maio de 2020.

SANTOS, M. P. dos. Escola para todos: Um olhar pelo mundo. Anais do V Seminário Nacional do Ives: Surdez e Diversidade. Rio de Janeiro, set., p.27-34, 2001.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências pós-moderna. Revista de Estudos, Avançados. São Paulo, maio/ago, 1990.

"Situação Mundial da Infância – 2000". Disponível em: http://www.bu.ufsc.br. Acesso em 29 de maio de 2020.

A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEUS CONCEITOS NO ENSINO INTEGRAL

ROBERTA BATISTA

RESUMO

O presente artigo analisa a inclusão escolar e traz à tona discussões pertinentes deste novo paradigma social, principalmente para as crianças com deficiência, as quais têm seu processo de desenvolvimento cada vez mais estudado. Tem como objetivo verificar de que forma os processos pedagógicos desenvolvidos nas classes regulares são participativos a ponto de incluir os deficientes. A deficiência intelectual tem desafiado a escola comum no comprimento de seu dever de ensinar o que acomete uma dificuldade por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais e principalmente o aluno com deficiência intelectual na aprendizagem da leitura e da escrita. O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual; Educação; Escola; Respeito; Diversidade.

INTRODUÇÃO

No conceito de inclusão escolar os alunos deficientes deveriam ter direito ao acesso e à permanência no sistema escolar, a preocupação visava somente os deficientes muitos alunos ainda continuavam excluídos dentro do sistema educacional. Possuir uma legislação específica para esse atendimento educacional especializado não se torna suficiente quando pensamos na diversidade e na realidade das escolas nos dias atuais. Uma mudança de concepção para uma educação inclusiva e a garantia de inclusão e sucesso educacional de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, traz alguns avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem.

Com a expansão do acesso a educação nas últimas décadas, e o avanço na difusão da Educação Especial, novos contextos educacionais surgem. Ao mesmo tempo em que construímos interações, também promovemos estranhamentos e conflitos. Pretende-se com este artigo contribuir com um olhar mais aprofundado sobre a dinâmica da inclusão, que muitas vezes é feita sem planejamento, como mera ordem vinda de cima para baixo. Em um país como o nosso, em que a educação de qualidade é privilégio para poucos, pessoas com necessidades especiais precisam enfrentar inúmeras barreiras para alcançar a escolarização.

A exclusão escolar não se refere apenas aos deficientes e sim a todos aqueles que não ingressam na escola ou que não conseguem nela permanecer e nem tampouco apropriar- se dos conhecimentos ali oferecidos. Quando pensamos em educação inclusiva, as formas de atendimento devem unir serviços e apoios especializados que servirão para todos os alunos.

O preconceito nasce e se desenvolve no processo de socialização, ora todos os seres humanos necessitam socializar, mas uns acabam exercendo certa atitude hostil à outros sujeitos frente à desinformação: “Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta” (CROCHIK, 1996, p.11).

A escola deve oferecer uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas capacidades ou de suas deficiências. Um dos grandes desafios como educadora é saber como lidar com os desafios que a sala de aula nos traz atualmente. Nos antigos sistemas de ensino os alunos eram considerados homogêneos e não havia a necessidade de se adequar àquele aluno que apresentasse algum tipo de dificuldade, apenas quem se adaptasse aos métodos e a didática ali apresentada permanência no sistema educacional.

A partir disto, pretende-se demonstrar também como faz diferença quando se planeja aulas realmente inclusivas, que dão conta de maneira flexível das necessidades de todos os alunos, sem exceções. Desta forma nos aproxima-se do objetivo maior de garantir a inclusão social como processo de adaptação da sociedade para receber os indivíduos que dela estão excluídos.

A deficiência intelectual tem desafiado a escola comum no comprimento de seu dever de ensinar o que acomete uma dificuldade por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais e principalmente o aluno com deficiência intelectual na aprendizagem da leitura e da escrita.

Vygotsky (1998, p. 76), afirma: “A separação dos aspectos intelectuais dos afetivos é um dos defeitos da psicologia tradicional. Diz que o pensamento tem sua origem na motivação”. Os PCN-EI apontam a necessidade da qualificação do professor para a Educação Inclusiva: O que se figura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa.

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude contínua e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos (CUBERO; MORENO, 1995, p.255).

A BUSCA CONSTANTE DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

As políticas públicas precisam e devem se modificar na oferta de programas que capacitem os docentes e os tornem profissionais seguros na atuação e manejo direto com as crianças com deficiências. O sistema público deve garantir esta formação:

Uma escola [é] inclusiva quando: respeita as peculiaridades e/ou potencialidades de cada aluno, organiza o trabalho pedagógico centrado na aprendizagem do aluno, onde este é percebido com sujeito do processo e não mais como seu objeto e o professor torna-se mais consciente de seu compromisso político de equalizar oportunidades, na medida em que a igualdade de oportunidades envolve, também, a construção do conhecimento, igualmente fundamental na instrumentalização da cidadania (BERGAMO 2009, p. 46).

O professor se torna um profissional totalmente desguarnecido quando o assunto é formação continuada, já que depende de seus próprios recursos para realizá-la. O processo de formação contínua e especializada deveria ser ofertado desde a graduação deste docente. A realidade com que o mesmo vai trabalhar deve ser colocada de forma real e objetiva.

A princípio, este aluno depende totalmente da preparação profissional, emocional e pessoal deste docente, pois acredita que, pelo menos no início, será o único a lhe dar conforto e carinho. Para Cartolano os cursos de formação de professores, no campo da educação especial, devem ser na prática, o que advém da teoria, por isso sugere:

Intensificar não só estudos sistemáticos sobre a complexidade da educação e da escola já nos semestres iniciais do curso de pedagogia, mas também realizar estágios de observação e docência tanto em classes regulares, que incluem alunos ditos especiais, quanto em classes ou instituições especializadas (CARTOLANO, 1998, p. 6).

Levando-se em consideração que as práticas pedagógicas são mutáveis e que delas advém todo um preparo no processo ensino-aprendizagem, deve-se adaptá-las para o seu educando, buscando em cada um seu melhor, respeitando suas individualidades e características:

Diferenciar o ensino é organizar as interações de modo que cada aluno se defronta constantemente com situações didáticas que lhe sejam mais fecundas [...]. Implica, pois, o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos consigam atingir as metas escolares, por meio de um acompanhamento e percursos individualizados (MAZZOTTA, 1993, p.28-29).

Para planejar, o professor determina espaço, atividades e materiais necessários para um objetivo. Com uma formação especializada, será capaz de agir e repensar caso se depare

com um aluno com deficiência. Este docente também saberá avaliar seu educando de acordo com suas individualidades, dificuldades e progressos, de forma a não prejudicar esta avaliação por falta de conhecimento:

É nesse contexto complexo que se faz necessário ressignificar a identidade do professor. O ensino, atividade característica dele, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da

atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos (PIMENTA, 2012, p. 14).

Os professores se veem hoje a receber estes alunos e darem conta de sua educação independentemente da deficiência da criança, da formação deste profissional e/ou das adversidades encontradas pelo caminho. Para o autor:

A mediação realizada com o auxílio do conhecimento produzido, dos professores e das próprias pessoas com deficiência se revelou o mais importante alicerce para que os futuros professores pudessem repensar suas ações, deslocar sua percepção da deficiência para as possibilidades das pessoas com deficiência e discutir a questão da deficiência como fruto de uma desvantagem gerada pela atual organização social e do conhecimento (CARVALHO-FREITAS, 2015, p. 218).

Levando-se em consideração que os alunos não são iguais e que todas as diferenças devem ser respeitadas, independentemente de deficiência ou não, o professor deve sempre adaptar seu conteúdo, metodologia e didática a fim de satisfazer todas as necessidades de seus alunos. O docente deve se adaptar as limitações e interesses de seus alunos para que o processo ensino-aprendizagem flua da melhor forma.

Fala-se de interesse do aluno porque caso não seja este o caso, já se é sabido que a evasão escolar das crianças com deficiência é bem grande. Ou seja, esta também é mais uma responsabilidade do professor que por sua vez, se torna responsável por manter este aluno ativo e interessado em sala de aula, exatamente pela variedade de seu planejamento e da sua condução da classe:

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lançam ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

A luta dos profissionais de educação com objetivo de uma melhor formação dos docentes tem alcançado alguns objetivos. A formação continuada começa a ser vista como se devem: essencial para o exercício cotidiano do professor. Começou-se a cobrar o docente apenas por aquilo que realmente ele tem condição de realizar, pois não se podem esperar frutos bons se o professor não tem sequer estrutura para fazê-los.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO E EQUIDADE NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Entende-se que toda forma de educação é válida e indispensável. E, portanto, todo desafio que influencie a prática pedagógica se torna alvo de estudos, pesquisas e teorias no intuito de valorizá-la e aperfeiçoá-la.

Segundo Mantoan (2003, p. 26), “a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Cada indivíduo é uma soma de vivências, trajetórias, experiências e conjunturas e as pessoas com deficiência não são diferentes.

Trazem bagagens emocional e racional e as utiliza para traçar novas metas e caminhos. Não se pode ignorar e nem ao menos menosprezá-las, pois devem ser tratadas de forma igualitária, pois este é o principal objetivo da inclusão destas pessoas na escola e na sociedade. A inclusão, sendo assim, começa em nosso dia a dia, quando oferecemos respeito, consideração e o direito delas terem as mesmas oportunidades que todos, não subestimando sua inteligência e nem as vendo como incapazes (MANTOAN, 2003). Isto posto, incluir estas crianças na escola acaba se tornando uma das principais formas de ações no acolhimento e ampliação destes seres humanos na inserção na socie-

dade e em sua própria cultura. Mas não se pode confundir e acreditar que a inclusão se faz apenas matriculando estas crianças nas escolas regulares. Inclusão vai muito além disto.

Ela é um processo social bastante complexo, onde a sociedade necessita se transformar constantemente e ininterruptamente a fim de sempre contemplar estes indivíduos no total de seus direitos (MANTOAN, 2003).

A educação infantil é um ótimo começo na inserção deste aluno na escola. É lá que a criança deverá ser acolhida de forma carinhosa e respeitosa para que tanto ela, como sua família e a própria escola criem laços de confiança e companheirismo em prol do mesmo objetivo. Que fique claro que a inclusão não é só necessária para a criança com deficiência. Para as outras crianças e/ou pessoas da comunidade escolar também é muito importante este desafio, já que é através deste convívio que os preconceitos e obstáculos são sanados: As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Já para Piaget (1984):

"A preparação dos professores constitui uma questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizada" (PIAGET, 1984, p. 62).

As Unidades Escolares comprometidas com a educação no sentido da igualdade e da equidade vivem o desafio de enfrentar essa situação procurando modos de abordar e construir respostas. Durante muitos anos, a abordagem mais usual aos temas relativos à diferença e à diversidade foi a de não reconhecer os processos de exclusão social. Assim, as pessoas que viviam essas situações acreditavam que isso deveria ser um "problema" pessoal (SÃO PAULO, 2019, p. 32-33)

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira,

reconhecidamente ampla e diversificada (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ADAPTAÇÕES CURRICULARES, 1999, p.17).

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza- -se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentem necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (BRASIL, 2001, p. 40).

A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEUS CONCEITOS

Por meio da educação, pode-se alcançar uma aprendizagem significativa, na qual o professor será mediador no processo ensino aprendizagem, podendo inserir a linguagem artística de forma interdisciplinar.

De acordo com Silva (2003, p. 23):

Existe um investimento maciço no desenvolvimento de políticas nacionais, regionais e locais de formação continuada de professores. Porém, ressente-se de uma reflexão mais densa sobre quais formas e estratégias de formação continuada poderão contribuir para o professor ampliar sua gama de conhecimentos e constituir novas aprendizagens sobre

o ser professor (SILVA, 2003, P. 23).

No contexto de seu livro “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (1996) procura conscientizar o docente do seu papel fundamental de problematizador da realidade do educando, de modo que suas vivências façam parte deste processo para que de fato se tenha um significado na aprendizagem. Pois para Paulo Freire ensinar a pensar e problematizar sobre a realidade é a maneira mais correta de se produzir conhecimento, visto que, a partir daí o discente terá a capacidade de reconhecer-se como um ser social. “aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador” (FREIRE, 1996, p.24).

Para BARROSO (2005, p.11) “a democratização da escola pública, ou melhor, a sua refundação enquanto uma escola efetivamente popular - é uma tarefa - desafio ainda em aberto para os educadores”. O projeto - aparentemente irrealizável - é construir uma educação pública que seja, ao mesmo tempo, democrática (extensiva a todos, indistintamente) e portadora de uma determinada qualidade, que seja socialmente referenciada e distante da lógica excludente. Uma escola que consiga inserir as novas gerações num mundo inteiramente transformado e distante daquele que originou a sua universalização.

A ideia de ruptura é rotineiramente empregada em contraposição à ideia de continuidade e tida como expressão do novo, podendo causar deslumbramento a ponto de não ser questionada e repetir-se como modelo que nada transforma. Quando o objetivo é o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, muito desse novo discurso tem servido para condenar práticas da educação especial, sem, contudo, ressaltar que sua trajetória reflete em alto grau a marginalização a que foi submetida pelas políticas educacionais, o que a fez constituir-se também como alternativa com o poder de reiterar o isolamento social daqueles em atendimento por essa modalidade de ensino.

O bom educador preocupa-se com o seu processo de autoconhecimento, com a descoberta de conhecimentos e interesses próprios, com suas motivações pessoais. Ele se permite autoconhecer em suas habilidades e dificuldades, preparando-se bem para contribuir com a formação de qualquer aluno que venha a integrar sua sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da escola comum e do Atendimento Educacional Especializado que devem ocorrer juntos, pois um auxilia o desenvolvimento do outro. Sobre o Atendimento Educacional Especializado destacamos sua importância para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, retirando a visão de que muitas pessoas tinham sobre o Atendimento Educacional Especializado atribuindo-lhe a tarefa de reforço escolar. Ficou claro que esse não é o propósito do Atendimento Educacional Especializado.

Pela Resolução nº 2, de 11/09/2001 do Conselho Nacional de Educação, fica instituído:

Art. 8º - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I – Professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

A escola é um espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua uti-

lização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno (SEE, 2004, p.7).

Desse modo, a interação social depende da forma como a criança é recebida, acolhida, observada, ouvida e compreendida em suas necessidades. Essa forma de relação e comunicação influencia o desenvolvimento psicoafetivo e determina a maneira como a criança vai interagir com as pessoas, objetos e o meio em que vive. Desse pressuposto, a estimulação precoce é concebida como ato ou efeito de excitar, incitar, exercitar, instigar, ativar, prematuramente, antecipar (FERREIRA, 2010, p.875).

A criança, com a troca de experiência e com a convivência com o outro, aprende e se desenvolve e a escola tem um importante papel no sentido de auxiliar o educando nesta troca de conhecimentos e em sua convivência social. As pessoas são diferentes entre si e a escola deve auxiliar para a promoção de uma educação inclusiva que respeite as diferenças e a diversidade dos educandos.

A escola deve ser capaz de criar espaços inclusivos para que todos os alunos possam aprender independente de qualquer diferença, buscando uma escola de qualidade para todos. As ações educativas devem ser pautadas no objetivo de proporcionar ao educando com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, iguais oportunidades para a garantia do acesso e permanência na escola.

REFERÊNCIAS

AMARO, Deigles Giacomelli; MACEDO, Lino. Da lógica da exclusão à lógica da inclusão: reflexão sobre uma estratégia de apoio à inclusão escolar, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 outubro 1988. Seção 1, p.1.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticos e Prática em Educação Especial. Conferência Mundial de Educação Especial: s/ed. Junho de 1994.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIENCIA E A

CULTURA – UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 2007b.

STAINBACK S.; STAINBACK W. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre, ARTMED, 1999.

UNESCO. Um guia para garantir a inclusão e a equidade na educação. Paris: UNESCO. 2017.

VYGOTSKY, L. S.; A formação Social da Mente. Sã